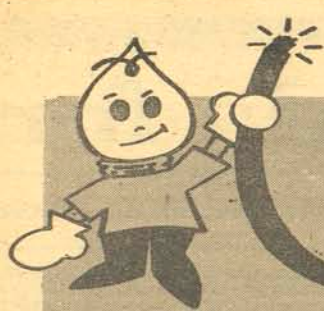




Limpar

SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

Nº 138

21/06/91

TST mantém a estabilidade

O Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, negou o pedido da Eletrobrás de anular a garantia no emprego. O governo foi derrotado após pressionar muito o TST. Para o CNE, "foi uma vitória da persistência e da competência".

O Tribunal Superior do Trabalho - TST rejeitou por unanimidade os embargos declaratórios movidos pela Eletrobrás para anular a sentença que concede garantia no emprego aos eletricitários do sistema elétrico federal até a próxima data-base. A decisão foi tomada na manhã de quarta-feira e é considerada uma grande vitória da categoria.

Depois de 5 semanas de pressão do Governo sobre o TST, que iniciou com uma visita de "cortesia" do recém-empossado ministro da infra-estrutura, João Santana (dois dias depois do Tribunal ter se pronunciado favoravelmente à garantia no emprego) e depois de constantes ameaças, por parte do ministro, de mais 15 mil demissões no setor elétrico, o pedido de embargos foi negado. Certamente uma razão de desapontamento para o governo, que chegou a contratar um advogado — Hélio Gueiros — especialmente para acabar com a garantia no emprego.

O Comando Nacional dos Eletricitários — CNE esteve durante 5 semanas em Brasília trabalhando junto ao Congresso e agindo processualmente no TST, fazendo contraponto à pressão do governo para que a questão fosse julgada com urgência. Na avaliação do comando, a persistência do CNE e a competência da assessoria jurídica garantiram que os embargos só fossem apreciados depois de um trabalho de costura política que enca-

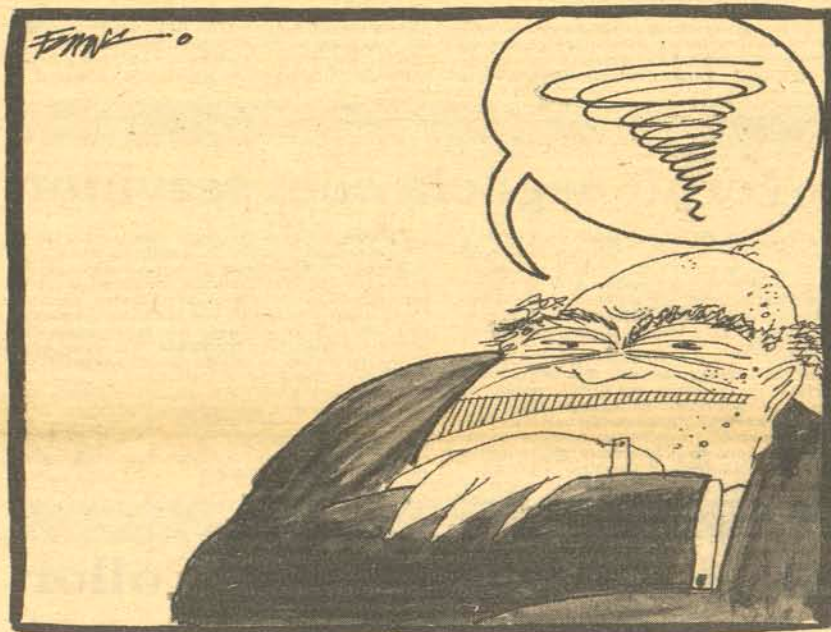
minhasse para uma resolução favorável.

O ministro relator do processo, Hilo Gurgel, em clima de tensão, leu seu voto no plenário do TST. Com voz pausada Gurgel convenceu a todos da improcedência do pedido da Eletrobrás com um texto longo e considerado brilhante por todos os presentes. Todos os outros 8 ministros votaram "com o relator", mantendo a estabilidade dos eletricitários.

"A persistência deu o tom ao resultado obtido", garante Mauro Passos, presidente do Sinergia, que acompanhou todo o processo em Brasília. "Foi uma tarefa tensa e desgastante, mas rica em aprendizados, que fortalece o CNE como fórum legítimo de representação dos eletricitários, diz o sindicalista. "Espera-se que certos agentes envolvidos tirem deste episódio suas lições", completa.

O CNE espera "que o governo aprenda que os poderes são independentes e que o ministro João Santana reveja sua abcessiva mania de demitir por demitir".

Os eletricitários, na expectativa do Comando, "deve deixar de lado a apatia e lembrar das suas lutas passadas, que garantiram direitos fundamentais". O CNE lembra que em breve começa a campanha salarial extraordinária e logo vem a data-base, e novamente vão entrar em jogo questões como a dignidade profissional e a qualidade de vida dos eletricitários.



Intersindical questiona demissões na Celesc

No dia 17/06, segunda-feira, a INTERSINDICAL reuniu-se com o Diretor Administrativo da CELESC. Na pauta, dois assuntos: comunicação do resultado das Assembleias realizadas em todo o Estado, sobre a proposta da Empresa, cujas reivindicações eram a participação da INTERSINDICAL no CRH; Plano de Carreira, Data de Pagamento dos Salários, Reposição Salarial e Passivo Trabalhista (URP-Fev/89).

E, também, tratar das demissões que estão acontecendo, cujas admissões foram julgadas irregulares pela atual Diretoria da CELESC. Essas demissões alcançariam todos aqueles que, a partir de 1988, entraram na Empresa sem Concurso Público e até mesmo empregados das Cooperativas da Eletrificação Rural encampadas pela CELESC, bem como alguns que entraram por con-

curso, mas, que a Empresa alega não terem obedecido à ordem de classificação. No total, seriam mais de 116 demissões.

A justificativa para tal decisão baseia-se num parecer do Departamento Jurídico, aprovado pela Diretoria Colegiada, que diz ser a Diretoria obrigada a anular os atos, isto é, demitir e acionar juridicamente os responsáveis. Caso contrário, a atual Diretoria seria conivente e corresponsável pelos atos praticados pelos dirigentes e prepostos da Empresa no Governo anterior.

A INTERSINDICAL defende a tese de que, para livrar a responsabilidade dos atuais Diretores da CELESC, basta a Empresa apurar os responsáveis e acioná-los juridicamente, sem que seja necessário demitir os empregados que têm seus direitos garantidos, especialmente

pela GARANTIA DE EMPREGO em vigor, fruto de Acordo Coletivo, que garante na Justiça do Trabalho o seu retorno.

Além dos mais, tal decisão viria prejudicar a execução dos serviços em Escritórios como: Papanduva, Monte Castelo, Três Barras, Imbituba, Laguna, Urubici, São Joaquim e Santa Rosa do Sul. Outros, como Sombrio, Imaruá, Garopaba, implicaria o fechamento do Escritório, pois todos os empregados seriam demitidos, indistintamente.

Diante desses argumentos, o Diretor Administrativo suspendeu as demissões, cabendo à Assessoria Jurídica da INTERSINDICAL elaborar um Parecer, contraditório ao do Departamento Jurídico da CELESC, que será encaminhado ao Conselho de Administração para análise e posição definitiva sobre o assunto. Até a data da decisão do

Conselho, todas as demissões estão suspensas.

Paralelamente, a INTERSINDICAL está acionando os líderes dos partidos políticos na Assembleia, os Prefeitos das cidades prejudicadas e o Governador do Estado, para mostrar as consequências e os custos políticos e administrativos da decisão da atual Diretoria.

Talvez o que vínhamos dizendo sobre o "Enchugamento da Máquina" aconteça desde já.

Foi marcada outra reunião para negociação no dia 01/07/91 às 14:00 horas. Terá de vir uma reposição salarial, e, pasmem, a folha de pagamento hoje representa apenas 10% do faturamento líquido da Empresa. Se obtivermos 100% de reposição em Julho essa mesma folha irá para somente para 20% do seu faturamento líquido!

CONTRATADOS

Greve paralisa empreiteiras

Uma greve atinge há 6 dias empresas como a Celesc, Eletrosul, Telesc, Besc, Banco do Brasil, Telesc, além de hospitais, rodoviária e aeroporto. É a greve dos trabalhadores em asseio e conservação de Santa Catarina. Cerca de 8 mil empregados de dezenas de empreiteiras estão lutando pelo cumprimento do seu acordo coletivo, que prevê um reajuste de 43% em junho. Reivindicam um salário de 35 mil cruzeiros.

Mesmo recebendo apoio da CUT e de vários sindicatos, como o dos eletricitários, a greve tem muita dificuldade de organização. São muitos os locais de trabalho (especialmente órgãos públicos) e um nível de consciência e organização muito baixo. Além disso, são muitos os patrões: Ondrespreb, Orbram, Back & Ricobom, Calinco, Serlimvi, Oricali e Soseban, Rio Forte, Prestolabo, Coringa, Oliota entre outras muitas empresas que locam mão-de-obra.

Os grevistas são os responsáveis por tarefas de limpeza, copa, recepcionistas, office-boy, cozinha e serviços administrativos como de secretária e datilografia. Um leque amplo de setores e serviços

executados por profissionais representados pelo mesmo sindicato de asseio e conservação.

"Muita gente não sabe que é representado por nosso sindicato", conta Raulino Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Asseio e Conservação. Ocorre que todo mundo, que é contratado através destas empreiteiras é representado por tal sindicato. Estas empresas são utilizadas para viabilizar, a contratação de pessoal indiretamente, mesmo profissionais de nível superior, como ocorria até pouco tempo na Eletrosul.

A locação de mão-de-obra é uma prática que foi instituída no Brasil a partir do governo Médici (1968) e que hoje é utilizada para privatizar serviços dentro das próprias empresas estatais e órgãos públicos. Já existe repúdio a este tipo de contrato por parte da Organização Internacional do Trabalho — OIT. Em Santa Catarina, a Assembleia Legislativa deve apreciar, em breve, projeto do deputado Milton Mendes de Oliveira, que proíbe a contratação de mão-de-obra no serviço público estadual.

FEDERAIS

Governo negocia com servidor

O governo abriu negociações com os Sindicatos dos Servidores Público Federais que estão em greve há mais de 2 semanas. O interlocutor do executivo é o Ministro Jarbas Passarinho, da Justiça, que disse reconhecer as perdas salariais da categoria, inaugurando a perspectiva concreta de uma reposição.

Mais da metade dos 700 mil servidores públicos do país estão em greve, sendo as universidades e a previdência as áreas onde o movimento está mais fortalecido. Os professores de 42 universidades estão paralisados e os funcionários entraram em greve em 37 instituições de ensino superior.

ELETROSUL

Intersul envia telex a Collor

As entidades que compõem a Intersul enviaram telex para Collor, quando ele saiu para mais uma vez, o afastamento do atual presidente da Eletrosul, Amílcar Gazaniga. Desta vez os sindicatos se baseiam na liberação de um empregado, com o qual a empresa, para fazer curso no exterior fora de sua área. Vejamos a íntegra do texto:

"Excelentíssimo Presidente:

A gestão da atual diretoria da Eletrosul, presidida por Amílcar Gazaniga, tem sido marcada por uma completa falta de iniciativa empresarial e incapacidade gerencial, o que já originou várias manifestações públicas dos sindicatos, inclusive duas correspondências a Vossa Excelência, uma das quais solicitando o afastamento do presidente da Eletrosul.

Como mais um exemplo da forma caótica vem sendo administrada a principal estatal do sul do país, no dia 06/06/91, através da deliberação a diretoria, DD-02806/91, foi autorizado, com ônus para a eletrosul, a empresa, para fazer curso no valor de US\$ 12.555,00 (doze mil, quinhentos e cinquenta e cinco dólares), o afastamento do empregado Edio Laudelino da Luz, engenheiro, lotado na divisão de Engenharia de Materiais, para um curso de mestrado em administração de recursos hídricos, na universidade de Londres, no período de 25/06/91 a 11/10/92.

Recomendamos e concordamos, com a importância do treinamento e aperfeiçoamento dos trabalhadores mas, sem entrar em qualquer juízo de valor sobre o empregado em questão, é no mínimo um disparate administrativo dispendir recursos

significativos, em dólar, no treinamento de um empregado que não possui nenhuma possibilidade de aperfeiçoamento da empresa e sem qualquer critério de prioridade.

Para melhor avaliação de vossa excelência, a Eletrosul possui uma área específica de hidrologia e recursos hídricos, onde encontram-se técnicos de capacidade reconhecida nacionalmente, o que faz dessa deliberação da diretoria da Eletrosul, de autorizar a saída para o exterior de um engenheiro que atua na área de construção de subestações, para fazer um curso em recursos hídricos, um ato de afronta ao corpo técnico da empresa, uma falta de seriedade no tratamento da coisa pública e um desrespeito à própria nação.

Por tudo isso, solicitamos de vossa excelência, a suspensão dessa autorização e o afastamento imediato não só do presidente da Eletrosul, Amílcar Gazaniga, que já solicitamos anteriormente a vossa excelência (protocolo nº 00002.001247191-52), mas também, do restante da diretoria da Eletrosul, que aprovou tal decisão.

Respeitosamente, STI de Energia Elétrica de Florianópolis, STI de Energia Elétrica de Tubarão, STI de Energia Elétrica de Lages, STI de Energia Elétrica de Vale do Itajaí, STI de Energia Elétrica do Norte do Estado de Santa Catarina, Sindicato dos Administradores do Estado de Santa Catarina, STI Urbanas no Estado do Paraná, STI de Energia Elétrica no Estado do Mato Grosso do Sul, STI de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, STI Urbanas de Londrina, Aprosul - Associação dos Profissionais da Eletrosul".

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7000 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Marques. Editores: Gastão Casel (DRTES 6160) e Rosângela Bica (DRTSC 1019). Ilustração: Francis Maia. Impressão: Gráfica do Jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone: (0482) 22-3866. Telex: 48-2555. Fax: 22-5596. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

ECONOMIA

Collor muda forma de encarar a crise

Com o novo ministro a tendência é um trato mais "leve" com a economia, mas a recessão deve continuar

Desde a noite do dia 8 de maio, o governo Collor de Mello já não é mais o mesmo.

A derrubada da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, não marcou apenas o fim prematuro da carreira ministerial de uma economista, que o presidente prometera manter no cargo até seu último dia de poder. Tampouco limitou-se ao afastamento inglório da mulher que, ao longo de 14 meses, acumulou uma enorme influência dentro do governo.

Ao deixar o ministério junto com 50 outros altos funcionários da administração pública e assessores pessoais, Zélia deixou claro que não se tratava de uma atitude individual. Com a nomeação do ex-embaixador em Washington, Marcílio Marques Moreira, o governo Collor passou pela sua mais profunda transformação desde março de 1990, quando o presidente tomou posse. Pode-se inclusive ousar afirmar de que não se trata mais do mesmo governo, embora 70% da equipe presidencial continue a mesma.

Não houve golpe e nem um impasse institucional. O que aconteceu foi um ajuste de contas na "cozinha" do Palácio do Planalto, que resultou numa mudança de tática e estratégia do governo.

Depois de tentar inutilmente, durante 14 meses, impor um programa anti-inflacionário radical, a ferro e fogo, contra tudo e contra todos, inclusive contra a própria Constituição, Collor acabou optando pela velha política de negociação e conciliação com as elites econômicas.

A AVENTURA FRACASSADA

A obsessão inicial do presidente em entrar para a história, como o mago de um novo "milagre econômico", casou-se perfeitamente com o empenho da ex-ministra, que tentou colocar em prática um plano cujo radicalismo só encontrou paralelo na crise alemã do pré II Guerra Mundial. A aventura do Plano Collor I foi facilitada pelo medo generalizado da hiperinflação, usado como chantagem, pela desorientação oposicionista e pela expectativa dos políticos conservadores e empresários.

No final do ano passado, o projeto Zélia começou a fazer água, pois apesar da terapia de choque levada às últimas consequências, a inflação continuou indomável. A incerteza contaminou o resto do programa governamental e acabou se refletindo numa crescente desconfiança, irritação e distanciamento das elites tradicionais do país.

O remendo chamado Plano Collor II acabou sendo uma tentativa desesperada de Zélia de salvar o programa do governo diante da reação contrária cada vez mais intensa de quase toda a sociedade. O desgaste externo da ex-czarina da economia aconteceu paralelamente a uma "fritura" palaciana, promovida pelos integrantes da chamada "República das Alagoas" (os amigos de Collor), incon-

formados com a soma de poderes acumulados por Zélia dentro do governo, durante o período em que o presidente ainda acreditava que ela domaria o monstro inflacionário. O golpe de misericórdia veio quando ela resolveu brigar com os bancos credores externos no final de abril.

O cenário montado pelo Palácio do Planalto para a demissão de Zélia foi meticuloso na tentativa de ocultar o que realmente estava acontecendo. As divergências dentro da cúpula do governo ficaram restritas às sutilezas.

Os rapapés protocolares e os elogios "póstumos" à ex-ministra procuraram dar a impressão de que nada havia mudado, de que o presidente não fracassara em sua política anti-inflacionária, ao mesmo tempo que se tentou disfarçar de todas as maneiras o fato de que o governo já não tinha mais soluções mágicas na sua cartola.

A VOLTA DA VELHA POLÍTICA

Ainda é impossível analisar as mudanças na equipe Collor em termos de melhor ou pior. O fato concreto é que se tenta maquiagem a cara do governo. Marcílio Marques Moreira tem uma personalidade diferente de Zélia Cardoso de Mello. É um intelectual avesso ao estilo "bateu levou", prefere a negociação ao confronto, procura administrar as crises em vez de desafiar opositor, e acima de tudo conta com as simpatias do empresariado, coisa que não acontecia com sua antecessora. Ele é a nova cara "soft" (suave) do governo que trocou a postura beligerante por uma conduta que cada vez mais se assemelha com a velha tradição das elites econômicas do país, sempre empenhadas na acomodação de interesses através da barganha.

Antes mesmo da troca de ministros, o governo Collor já não podia mais disfarçar o insucesso do seu projeto messianico de reforma do capitalismo brasileiro. O marketing da modernidade e do salto para o Primeiro Mundo desmanchou-se diante da evidência de que o governo não tinha bases políticas sólidas. O desgaste de Collor chegou a tal ponto que o início da corrida sucessória presidencial foi antecipada, e o plebiscito sobre parlamentarismo passou a ser encarado como uma alternativa para um eventual vácuo de poder. Agora, a nova palavra chave do governo é negociação.

A GRANDE BARGANHA

O que Collor quer com a negociação é trazer os empresários para um acordo com o governo através da mediação do novo ministro da Economia. A estratégia de Marcílio Marques Moreira será compor uma base de apoio conservadora formada pelas elites econômicas. Para atingir este objetivo, o governo vai desmontar, o mais discretamente possível, toda herança deixada por Zélia Cardoso de Mello. Os preços ao consumidor começaram a ser descon-



gelados, os militares vão ganhar aumentos salariais, os cofres do Banco Central foram abertos aos governadores estaduais, e os cruzados novos retidos devem ser devolvidos como parte da estratégia para reconquistar a confiança da classe média.

Até agora a grande preocupação da sociedade era saber o que Collor queria fazer, mas daqui por diante a questão decisiva passa a ser o que os empresários, políticos, banqueiros, fazendeiros e militares querem que o governo faça. A nova cara da equipe Collor passou a ser mais previsível, porque as políticas de governo deixaram de ser formuladas em fechados laboratórios econômicos, para serem o resultado da velha e conhecida prática de conciliação entre as elites.

O FIGURINO PRÍNCIPE CHARLES

O fracasso do messianismo anti-inflacionário e reformador provocou também mudanças na imagem presidencial. Se antes Collor assumia pessoalmente todas as atitudes de seus ministros e ignorava olímpicamente os políticos, desde fevereiro o chefe de governo vem se afastando da carpintaria administrativa para dedicar-se mais ao cerimonial, às viagens ao exterior e passou a cortejar insistentemente partidos de oposição como PDT e PSDB. Nos primeiros 14 meses de governo, Collor fez mais viagens ao exterior do que a soma das viagens feitas por Sarney e Figueiredo, no mesmo período. O figurino aventureiro de Indiana Jones parece estar saindo de moda no Palácio do Planalto para ser trocado pelo estilo liberal-conservador de um príncipe Charles.

Até agora, Collor era onipresente no governo, mas daqui por diante não cada vez mais fortes os indícios de que ele vai deixar as questões econômicas nas mãos do ministro Marcílio Marques Moreira, enquanto a administração da máquina estatal fica sob responsabilidade do ministro da Infra-Estrutura, João Santana.

O presidente pretende se concentrar na diplomacia, na ecologia e nas grandes manobras políti-

cas. Marcílio e Santana ficam com o ônus de resolver a recessão, o empobrecimento acelerado, a desorganização financeira, a instabilidade inflacionária, as demissões de funcionários estatais e os escândalos no serviço público, só para mencionar alguns dos vários dilemas a serem enfrentados pela equipe Collor. Para compensar o lado conservador e diminuir a impopularidade do governo, o presidente tenta cultivar uma imagem progressista, através da polêmica aproximação com o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola e do namorado, já oficializado, com a direção do PSDB. Com esta jogada, Collor procura ampliar sua base parlamentar no Congresso e depender menos do apoio fisiológico de partidos como o PFL e o PRN. Ao mesmo tempo, parece interessado em promover uma aliança entre o empresariado e a social democracia, a exemplo do que aconteceu na Espanha e em Portugal.

Collor precisa de Brizola e vice-versa também na questão da Conferência Mundial do Meio Ambiente, prevista para daqui a um ano no Rio de Janeiro. O presidente quer transformar a RIO 2 numa espécie de apoteose pessoal, porque terá a chance de receber cerca de 150 primeiros ministros, presidentes e reis de outros países. A conferência será também a plataforma perfeita para que Collor tente aparecer como um defensor da causa verde num país que ainda continua no banco dos réus da opinião pública internacional, por causa da devastação amazônica.

A cara "suave" do governo Collor não chega a ser nova. Na verdade, é a repetição do mesmo expediente adotado por presidentes anteriores depois do fracasso de planos bombásticos que prometiam resolver de uma vez por todas os problemas brasileiros. Sarney teve seus momentos de glória com o Plano Cruzado, mas depois acabou recorrendo à política do "feijão com arroz" do ex-ministro Mailson da Nóbrega.

O problema de todos os planos salvacionistas tentados no Brasil, desde o golpe militar de 1964, é que seus autores sempre se preocuparam mais com a consistência macroeconômica do que com a realidade social do país.

Collor terá agora que administrar a crise, empurrando-a com a barriga, diante da falta de credibilidade em novas soluções autoritárias ou impostas de cima para baixo. Ele não vai mais resolver os impasses na sociedade, mas sim tentar minimizar seus efeitos para que seu mandato chegue ao fim sem maiores tropeços.

Nesta nova busca de negociação, ele pode envolver toda a sociedade ou se limitar a chamar para conversas os velhos interlocutores políticos e empresariais de sempre. Se optar por um entendimento restrito e fechado, Collor estará simplesmente repetindo a mesma experiência fracassada de governos anteriores.

TRIBUNA Livre

Energia e omissão

Mauro Guimarães Passos - Presidente do Sinergia

Diante de um inaceitável silêncio dos governadores, dos parlamentares e das Federações Industriais da região, e perante uma omissão e resignação absoluta da atual diretoria da Eletrosul — presidida por Amílcar Gazaniga, tomamos conhecimento pelo jornal *O Estado* do dia 5 de junho que as obras da usina Jorge Lacerda IV, em Tubarão, tinham sido paralisadas definitivamente, com a demissão de milhares de trabalhadores das empreiteiras Ivai e Temga.

Desta forma, junta-se a importante usina Jorge Lacerda IV ao acervo de obras iniciadas e inacabadas da Eletrosul, como Ilha Grande — no rio Paraná —, Itá no rio Uruguai e Jacuí no Rio Grande do Sul. Estas obras já absorveram mais de 1 bilhão de dólares da Nação, sem que houvesse retorno algum.

Esta política equivocada e irresponsável de constantes paralisações e indefinições na área de suprimento de energia elétrica para a região Sul, levará, inevitavelmente, ao colapso o sistema elétrico dessa região, num certo espaço de tempo, que só ainda não foi sentido pelo fato da economia estar mergulhada num grave processo recessivo.

Entretanto, qualquer projeto de retomada do crescimento implicará, obrigatoriamente num aumento de consumo de energia que não estaremos preparados para atender.

Preocupado com este quadro, o Sindicato dos Eletricitários encaminhou no dia 3 de abril uma correspondência ao Presidente da República, alertando para esta situação e solicitando a liberação imediata de recursos par que a Eletrosul desse continuidade ao seu programa de expansão.

No dia 25 de abril, ouvimos do então ministro da Infra-Estrutura, Eduardo Teixeira, que a prioridade número um do governo, na área de energia para a região sul era Jorge Lacerda IV, que agora acabou de ser desativada.

No dia 24 de maio, através de ofício da Presidência da República nº 098/91, recebemos resposta da correspondência acima citada, informando que a usina Hidrelétrica da Itá é considerada prioritária para o governo federal.

Embora oportuna e legítima a preocupação e a iniciativa do sindicato, ela por si só é insuficiente e se esgota neste ponto. Serve, entretanto, para mostrar a desarticulação política e administrativa em torno de um problema de tamanha dimensão para a região sul.

Ou a sociedade se mobiliza e cobra de seus representantes uma postura mais unida é incisiva na retomada imediata dessas obras que são vitais para o desenvolvimento econômico e social da região sul ou, futuramente, quando precisarem de energia e não contarem com ela, lembrarão de sua omissão.

A greve dos contratados

Édio Valentim da Silva - Diretor do Sinergia Claudete Duarte - Contratada na Celesc

Os contratados da CELESC (copeiras, serventes, office-boys, recepcionistas, etc) são representados, em seus direitos, pelo Sindicato do Asseio e Conservação.

Em janeiro deste ano, o Sindicato assinou com as empresas um acordo coletivo, no qual consta o repasse da inflação, a cada três meses, para o salário dos contratados.

Neste mês, dia 10 de junho, houve, o repasse da inflação do trimestre, que resultou em 43,06%. Como o salário base dos contratados era de Cr\$ 25.000,00, era seu direito receber um acréscimo no salário de Cr\$ 10.765,00, resultando no salário deste mês em Cr\$ 35.765,00.

Entretanto, como era de se esperar, as empresas prestadoras de serviço e negaram-se a cumprir o acordo que assinaram, em janeiro.

O Sindicato procurou as empresas para tentar a via negociada, mas, não logrou êxito. Após várias idas e vindas na 5ª feira passada, dia 13, aconteceu no auditório da FECESC, uma assembleia dos contratados de toda a grande Florianópolis, onde foi decretada a greve geral da categoria a partir de 6ª feira, por unanimidade dos presentes. Ressalte-se aqui que o auditório estava lotado.

Sexta-feira, iniciou o movimento, com parte dos companheiros que trabalham na CELESC aderindo à greve. À tarde, o piquete de conscientização na frente da CELESC conseguiu a adesão das faxineiras, a maioria, resultando na participação maciça, somente com uma pessoa entrando para trabalhar.

Segunda-feira de manhã, os office-boys, na mesma maneira que na sexta, vinham chegando e ficando no piquete da frente da CELESC. Então apareceu a Dona Vera Reis Barbosa (VERONA), trazendo o office-boy da sua área pelo braço.

Companheiros! Que consciência!?! Uma funcionária da CELESC, que deveria estar pressionando o setor responsável da CELESC para exigir das firmas o pagamento do direito dos companheiros explorados pela empresa, toma a abominável atitude de forçar o companheiro a trabalhar. Agora, sejamos honestos companheiros: ISTO NÃO É UM CRIME?..

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Do roxo ao "soft"

Adhemar Mineiro - Economista e pesquisador do IBASE
- Matéria publicada na revista pág. n.º 69

A orientação da equipe do novo Ministro da Economia ainda é uma incógnita, mas novos pacotes podem vir por aí.

Em seu discurso de posse, o presidente da República afirmou que seu governo seria diferente dos anteriores e que não haveria troca-troca de ministros. Passado pouco mais de um ano, as substituições na equipe econômica estão aí para mostrar que o governo Collor, afinal, não é tão diferente dos anteriores como sua estratégia de marketing vem tentando mostrar.

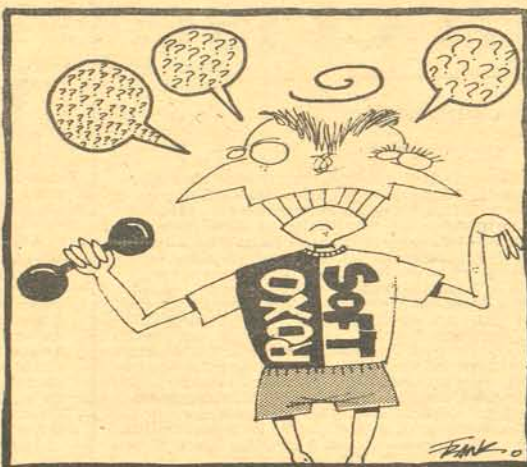
Para entender a troca da equipe econômica, é necessário recuar alguns meses. Mas, especialmente, até o último trimestre do ano passado, quando o governo Collor enfrentou resultado eleitoral bastante insatisfatório na votação para governadores de estados, senadores e deputados. Nesse momento, a crise econômica, que até então tinha sido mantida em segundo plano, novamente vem à tona. A violência do processo recessivo no final do ano, seguindo ao longo de 1991, a volta rápida do processo inflacionário e as manifestações de insatisfação por parte de vários setores da sociedade brasileira foram a tônica de um final de ano caracterizado por um isolamento crescente do governo Collor.

As eleições de 90, e especialmente o segundo turno, disputado em novembro, mostraram o fortalecimento de lideranças regionais com as quais o governo Collor passou a ter que negociar sua base de sustentação. A cobrança não tardou a vir, limitando, enormemente, o poder das autoridades econômicas em seguir com sua política de aumento do controle fiscal e monetário por parte de Brasília. A partir desse momento, esvaziou-se a capacidade do Executivo federal em seguir apertando os bancos estaduais e aumentando o poder de barganha dos novos governadores e deputados por recursos para seus estados e regiões. O resultado da mudança política foi sentido pelo presidente, que foi obrigado a mudar seu discurso político.

O Plano Collor 2, anunciado no último dia de janeiro desse ano, foi o reconhecimento oficial do fracasso da gestão da economia que se tentara até então. O plano, precipitado pela incapacidade do Banco Central de continuar administrando a entrada no mercado financeiro dos chamados "BBCs" (Bônus do Banco Central), passou a ser uma tentativa desesperada da equipe econômica de ganhar tempo — e tentar recompor sua base de sustentação no interior do governo Collor.

Para o presidente, o plano representou a possibilidade concreta de se afastar de uma equipe econômica com a qual associaria muito fortemente a sua imagem pública, desde o início do governo, e que mostrava sinais evidentes de insucesso e exaustão.

Entretanto, a guinada da política econômica, que acompanhou o Plano 2, longe de aumentar a sustentação política da equipe econômica, estreitou-a ainda mais. A intensificação da luta sindical em março, abril e maio (meses das



datas-base de importantes categorias de trabalhadores) continuou colocando na ordem do dia a discussão sobre recomposição salarial e mecanismos de defesa permanente dos salários face às perdas causadas pela inflação. Os setores empresariais, por seu lado, vinham desde o lançamento do Plano Collor 2, se opondo ao congelamento de preços.

Desde o final do ano passado, empresários e trabalhadores vinham protestando conjuntamente contra o processo recessivo responsável pelo fechamento de fábricas, pelo desemprego crescente e pela redução do salário real dos assalariados. A equipe econômica, com a tentativa de acabar com o "overnight" prevista no Plano Collor 2, comprou uma briga também com os banqueiros nacionais.

Na área externa, apesar dos sucessivos recuos até chegar a um acordo, a equipe econômica mostrou também o seu isolamento em relação aos bancos estrangeiros, autoridades financeiras de instituições internacionais (como o Banco Mundial, o FMI e o Banco Interamericano) e aos países credores.

Internamente, os problemas envolvendo aperto de salários do funcionalismo e cortes de gastos nos ministérios provocaram um choque entre a equipe econômica do governo e o setor militar. Mas talvez o mais claro isolamento político desta equipe econômica tenha sido em relação à base parlamentar do governo Collor. No Congresso, a equipe econômica enfrentou uma crítica de fundo ideológico de partidos como PFL, PRN, PTB, PDC e PDS, todos favoráveis ao executivo federal. Esta crítica procurava marcar a diferença entre as afinidades partidárias com os objetivos neoliberais estratégicos do governo Collor (privatização, integração subordinada ao sistema internacional, liberalização da economia) e conduta prática da equipe econômica, marcada pela intervenção nos mercados (bloqueio dos ativos financeiros, no Plano 1, congelamento de preços no Plano

2). Além disso, os partidos que apoiavam Collor tinham outras reivindicações de cunho mais "pragmático", como maiores recursos para estados, municípios ou regiões, maior participação no governo, reescalonamento de dívidas regionais, entre outras vantagens, que alguns preferem chamar de "fisiológicas".

Para tentar ampliar seu respaldo no Congresso a equipe econômica articulou inclusive a discussão sobre o chamado "Projeto" (ou "Projeto de Reconstrução Nacional"), e em função disto colocou o seu principal quadro teórico, o secretário de Política Econômica Antônio Kandir, ao lado do ministro Jarbas Passarinho em linha direta com deputados e senadores. A iniciativa, entretanto, não rendeu os resultados esperados, já que o "Projeto" não cumpriu o seu possível papel aglutinador.

No mês de maio agravaram-se as dificuldades gerais da equipe econômica comandada pela ministra Zélia Cardoso de Mello. Apesar da aparência de um certo controle, o nervosismo do mercado era evidente, o que transparecia nas discussões sobre o descongelamento, ou nas colocações de entrelinhas do setor financeiro sobre a necessidade da volta do "overnight". Além disso, os indicadores da recessão não mostravam seu abrandamento, mas antes o seu recrudescimento.

Os analistas mais otimistas acreditavam apenas em uma estabilização da produção nos níveis (baixos) em que as firmas já vinham operando. Por outro lado, enquanto as câmaras setoriais começavam a discutir os reajustes de preços, sempre sobre pressão empresarial, os trabalhadores continuavam a exigir o fim do processo recessivo e a recomposição salarial, com uma greve geral contra a política econômica do governo nos dias 22 e 23 de maio.

No setor externo, a balança comercial continuou a apresentar saldos da ordem de US\$ 1,5 bilhão. Mas, a equipe econômica continuou mostrando sua fraqueza na área externa depois da assinatura de um acordo com os credores internacionais, quando os bancos estrangeiros forçaram o governo brasileiro a abandonar o princípio da "capacidade de pagamento do país", uma das teses mais repetidas pelo presidente desde o início de seu mandato.

A troca da equipe econômica permitiu a Collor seguir um processo de abrandamento do aguerrido perfil inicial de seu governo. A grande pergunta é o que isso pode significar no que diz respeito à economia. A situação é muito complicada. Pela atuação do novo ministro Marcellio como ex-dirigente de um grande banco nacional e como ex-embaixador do Brasil em Washington, onde acompanhou de perto a negociação com as autoridades financeiras internacionais, os bancos credores e os representantes do governo norte-americano, pode se esperar (até em função do fechamento de acordo feito ainda pela antiga equipe) a normalização das relações com o sistema financeiro internacional.

De técnicos como os economistas Roberto Macedo, novo secretário de Política Econômica, e Dorothea Werneck, secretária Nacional de Economia, pode-se esperar algumas medidas destinadas a reduzir o impacto da recessão junto à grande maioria da população.

No restante, a nova equipe assume enfatizando as mesmas metas estratégicas da equipe anterior, e sugerindo uma espécie de "feijão com arroz" para a administração da conjuntura. Resta saber se isto será suficiente, ou se a crise de curto-prazo (com possível aceleração da taxa de inflação) pode levar mais uma vez a uma nova tentativa autoritário-tecnocrática, colocando a economia de novo no cassino dos pacotes econômicos. Vale lembrar a ênfase que a receita argentina de "dolarização" (fixação de um valor em dólar para a moeda nacional) vem ganhando na mídia brasileira, e a visita recente ao Brasil do ministro da Economia argentino, Domingo Cavallo.

TEATRO

"VELÓRIO SHOW"
(Grupo Armacao)

DIA: 25/06/91 (terça-feira)
HORARIO: 15:30 hs
LOCAL: Casa do teatro - Praça XV No. 16
INGRESSOS A VENDA NO SINDPREVS
VALOR: 1.000,00

PROMOCAO:

COMANDO
DE GREVE

Festa comemora a nova "Era de Aquário"

Karin Veras
Jornalista

Uma festa pretende marcar a noite mais longa do ano com um toque de nova era... a de Aquário. Será dia 22, no castelinho da Associação Atlética do Banco do Brasil, em Coqueiros, e vai reunir pessoas da arte, ciência, filosofia, movimentos ecológicos e tradições espirituais. É promovida pelo Círculo Holístico de Florianópolis e pretende resgatar uma antiga tradição: a Festa do Solstício ou grande Festa do Fogo — para saudar a entrada do inverno no hemisfério sul.

Era de Aquário? Não é um simples nome, mas um arquétipo fundamentado na astronomia que traz uma nova visão de mundo: a promessa de uma humanidade mais madura e ecologicamente consciente, após o colapso da atual civilização industrial. É uma mudança de mentalidade/paradigma; um movimento que parte do indivíduo para a sociedade, de dentro para fora e que tem adeptos em todos os campos do conhecimento. O livro 'A Conspiração Aquariana' (1980) de

Marilyn Ferguson, fez a ponte entre pessoas e grupos que já experimentavam novas formas de percepção e ação social, mas, que não se conheciam:

"Uma rede sem chefia, mas, poderosa está agindo para provocar modificações radicais no mundo. Seus membros destruíram certos elementos chave do pensamento ocidental e talvez tenham até destruído a continuidade da História..." — diz Ferguson. Mas, que modificações são estas? De onde vieram? Elas vieram do ativismo social dos anos 60 e da 'revolução de consciência' do início dos 70, parecendo marcar uma síntese histórica "a transformação social como resultado da transformação pessoal". O livro 'A Conspiração Aquariana' aponta tendências gerais da cultura contemporânea baseada nas transformações dos anos 80 e as contrapõe com as práticas ainda vigentes.

Na economia, por exemplo, a velha prática aponta para que as pessoas satisfaçam ao trabalho com rigidez e conformismo. Enquanto o novo paradigma propõe um traba-

lho que satisfaça às pessoas com flexibilidade e criatividade. Na política, o governo central forte cede lugar ao governo central descentralizado; no lugar da luta entre esquerda e direita surge o "centro radical" — transcendendo as velhas polaridades e discórdias. Na educação, a ênfase antes dada aos conteúdos adquiridos cede lugar à prática de se manter aberto a novos conceitos pelo acesso à informação. E não só o mundo externo é objeto de aprendizagem, mas, a experiência interior é valorizada com uso de imagens, sonhos, exploração de sentimentos. Esta nova mentalidade reúne a vanguarda da ciência e visões dos mais antigos pensamentos registrados. Embora seja um movimento subterrâneo, sem manifestos.

Por tudo isto, uma Festa Aquariana, hoje, tem a ver com amizade, entrelaçamento, confraternização e possibilidade de novas associações para trabalhos evolutivos. Mas, acima de tudo, é uma festa... uma luz em tempos de crise e transformação.